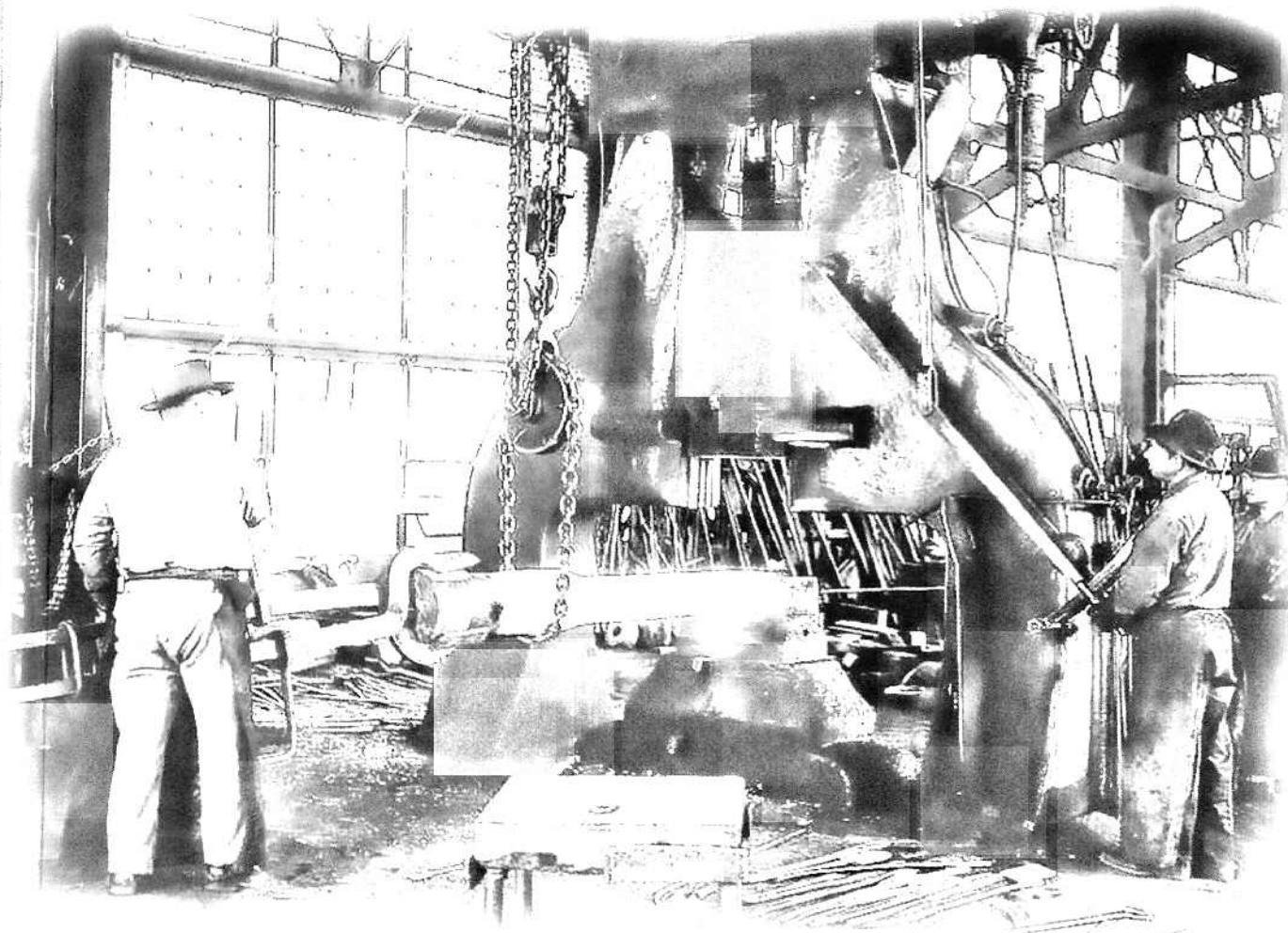


Elites Económicas e Influência Política

Contributos para o seu Estudo nos Primórdios do Estado Novo

Joaquim Croca Caeiro



Colecção ENSAIOS
Universidade Lusitana Editora
Lisboa 2011

"L'homme peut tout modifier dans la sphère de son activité, mais il ne crée rien: telle est sa loi, au physique comme au moral."

Joseph de Maistre

"Tous les gouvernements sont absolus puisque tous veulent être obéis même quand ils ordonnent à tort et à travers, des visites domiciliaires, des arrestations illégales, des états de siège, des combats dans les rues, des détentions prolongées sans nécessité. (...) et les gouvernements populaires sont seulement absolus, mais arbitraires, arbitraire mal déguisé par les délibérations dont les résultats ne sont que l'opinion d'un très petit nombre de voix, quelquefois d'une seule"

Louis de Bonald

1. O OBJECTO DE ESTUDO

O corporativismo enquanto sistema político e referência ideológica que marcou um período significativo do espaço europeu em geral e português, em particular, tem a sua génese no pensamento escolástico, característico da Idade Média, assente na ideia de que no seu conjunto, a sociedade estava orientada para a realização dos objectivos definidos por Deus através da cooperação entre as suas partes constitutivas. Estas, no entanto, não actuavam de forma idêntica, mas antes, diferenciadamente porquanto apenas deste modo se tornava possível a obtenção do resultado que se pretendia.

Comparada a um organismo¹, a sociedade deveria, tal como ele, desempenhar

¹ A teoria organicista, radica em Rousseau, que considera que o "corpo político, considerado individualmente, pode ser entendido como um corpo organizado, vivo e semelhante ao do homem. O poder soberano representa a cabeça; as leis e os costumes são o cérebro, princípio dos nervos e sede do entendimento, da vontade e dos sentidos, de que os juizes e magistrados são os órgãos; o comércio, a indústria, a agricultura são a boca e o estômago, que preparam a subsistência comum; as finanças públicas são o sangue que uma sábia economia, fazendo a função do coração, manda de novo distribuir por todo o corpo a alimentação; os cidadãos são o corpo e os membros que fazem mover, viver e trabalhar a máquina e que não se pode ferir em qualquer parte sem que imediatamente a impressão dolorosa se não leve ao cérebro se o animal está num bom estado de saúde". Vide, **Rousseau, J. Jacques**, *Économie Politique*, artigo publicado na Enciclopédia. Outros filósofos que se lhe seguiram vieram de algum modo dar corpo a esta

as funções necessárias ao equilíbrio fundamental à sua sobrevivência. Assim, a sociedade não poderia destacar-se do próprio Estado, uma vez que aquela, enquanto estrutura orgânica integradora dos estados ou ordens necessárias à sua funcionalidade estamental², não permite que este se assumia com o que caracteriza a sua própria essência - o monopólio da força legítima -. É assim o resultado da sua deslocação para numerosos pontos da sociedade, cada um dos quais apresentando uma eficácia política directa.

Não existe, assim, o Estado como unificador da titularidade do poder político e logo do exercício efectivo desse poder, sendo que as funções atribuídas ao corpo social seriam repartidas em três: oradores, guerreiros e trabalhadores. A primeira estava, numa sociedade eminentemente rural, adstrita ao clero. A segunda era directamente controlada pela nobreza que, detendo a capacidade do uso da força, a usava para protecção do território em que se instalava, o que correspondia assim a uma função tutelar. A terceira, atribuída ao povo, correspondia à função de trabalhar, sendo-lhe permitido o direito ao lucro e ao seu sustento. Uma coisa lhe era no entanto exigida: teria de prover ao sustento das restantes classes que em face das suas atribuições específicas, se encontravam impedidas de o fazer.

Esta primitiva organização da sociedade numa base triádica vai, contudo, alterar-se a partir do momento em que se desenvolve uma burguesia urbana, que começa a reivindicar para si a capacidade de governo da cidade. Ao mesmo tempo, os seus membros mais dinâmicos, os artesãos, para conseguirem regulamentar a sua actividade, sentem necessidade de se organizar como corpo profissional. É assim que se associam em Confrarias³ primeiro, complementadas

teorização, mas é sobretudo com Herbert Spencer que esta corrente é reforçada tendo por base o evolucionismo de Darwin. Escreve Spencer um artigo em Janeiro de 1860, na *Westminster Review* intitulado *The Social Organism*, onde compara as sociedades feitas pelos homens aos organismos à base de células. Em seu entender, uns e outros começam por pequenos agregados que vão progressivamente aumentando. Ambos têm origem numa estrutura muito simples que, pouco a pouco, se vai complexificando; se, no começo, não existe uma dependência mútua entre as diversas parcelas, essa unidade vai crescentemente estabelecendo-se. Mais tarde, em 1890, nos seus *Essays, Scientific, Political and Speculative*, considera que a sociedade é um organismo que está submetido às mesmas leis que os organismos vivos, obedecendo aos princípios da adaptação, que é condição de sobrevivência, e da evolução, condição de permanência das espécies. Se os organismos vivos inúteis se atrofiam e desaparecem, já os úteis tendem a desenvolver-se. Vide, Barata, Óscar Soares, *A Sociologia de Herbert Spencer*, in *Estudos Políticos e Sociais*, X, 1-2, 1982, pp. 203-253.

Esta corrente influenciaria um conjunto significativo de autores de que se destacam, pelo seu pensamento e importância, T. H. Huxley, W. G. Sumner e Lester Ward, entre outros.

² Coube a **Max Weber** a caracterização deste conceito, entendendo por situação estamental uma «pretensão tipicamente efectiva de privilégios positivos ou negativos na consideração social, fundada: a. no modo de vida; b. nos modos formais de educação; c. no prestígio hereditário ou profissional»; e o estamento, um «conjunto de homens que dentro de uma associação, reclamam de um modo efectivo: a. uma consideração estamental exclusiva; b. Um monopólio exclusivo de carácter estamental». *Economia y Sociedad*, Esbozo de Sociologia Comprensiva, Madrid., Fondo de Cultura Económica, Décima Reimp. (1ª Edição, 1922) 1993, p. 245.

³ As confrarias, eram associações tendo por base a profissão, cujo modelo principal era o das corporações mercantis e as associações religiosas formadas em torno das igrejas e dos mosteiros.

de seguida, pelas Guildas.⁴ Este sistema corporativo baseava-se assim “na autoridade semi-soberana das categorias, envolvendo a transmissão por via familiar da actividade profissional e uma relação hierárquica paternalista entre o “mestre”, ou seja, o chefe da empresa, e o aprendiz, ou seja, o dependente”.⁵ Pelo que, “os membros das corporações são divididos em três categorias subordinadas umas às outras. Os mestres são os chefes das suas oficinas, proprietários das matérias-primas, das ferramentas e dos produtos fabricados. Os aprendizes iniciavam a sua actividade, sob a direcção dos mestres (...). Por último, os companheiros, oficiais ou obreiros, eram os artífices excluídos no exame de mestria”.⁶

Além do desenvolvimento corporativo em relação às profissões e ofícios, ainda em virtude do crescimento das cidades sob influência da burguesia, se incrementa a corporação cultural, ligada ao ensino que se vai ministrando nas universidades para o efeito criadas. Estas organizam-se corporativamente em termos de mestres e discípulos.

Decorre ainda que a cada função social, desempenhada por cada agrupamento, correspondia um *status* social.

Esta evolução do sistema corporativo que, de um modo geral, caracterizou a sociedade medieval, estendeu-se generalizadamente a todo o pensamento social, filosófico e político ocidental, o que daria azo a um conjunto de reacções a partir do século XIX.

Esta ordem tradicionalista, que ganha crescente importância até ao século XVIII, é colocada em causa, quer pela Revolução Francesa, quer pelo desenvolvimento industrial que se vislumbra a partir de 1750. São estes acontecimentos que criam condições para o desenvolvimento do liberalismo, caracterizado pelo individualismo, pelos direitos individuais, assente na teorização do progresso e com o rompimento com a ordem antiga.

O século XIX, decisivo face às mudanças que se vão verificar ao nível social, político, filosófico e económico, determina o início de um novo período da história da Europa e do mundo. O crescimento industrial modifica radicalmente o modo de existência do homem. E o aparecimento das novas correntes filosófico-políticas é um dos seus legados principais.

O individualismo, o marxismo, o positivismo e o utilitarismo são algumas das mais importantes correntes que se vão desenvolvendo naquele século e que em confronto entre si originam a amálgama ideológica que o caracterizaria. E é contra estas novas ideias que se inicia o movimento de reacção, tendente a repor a ordem tradicionalista desfeita.

E, além disso, o crescimento industrial promove um facto extremamente importante, que decorre de ao assegurar o triunfo da burguesia, segrega a ascensão do proletariado, dando origem ao crescimento das cidades pela via do

⁴ As *guildas*, eram associações que se baseavam nos ofícios sendo apoiadas pelas próprias autoridades comunais.

⁵ Bobbio, Norberto, Mateucci, Nicola e Pasquim, G., *Dicionário de Política*, Brasília, Universidade de Brasília, 2ª Edição, 1986, p. 287.

⁶ Santos, A. Pedro Ribeiro dos, *História Económica e Social. A era pré-industrial*, Lisboa, ISCSP, 1993, p. 99.

exôdo rural, de que resulta o declínio do campo.⁷

O grande impulso do marxismo, como pretensão eixo para a resolução dos problemas do proletariado e da explicação da sua dependência face à burguesia, acabaria por resultar fortemente daquela situação e, aproveitar-se-ia disso, para carrear os proletários no intuito da procura da revolução social e política que alterasse o rumo dos acontecimentos.

O materialismo, que se manifesta como reacção à ascensão da burguesia endinheirada e poderosa e se intitula como defensor do proletariado, definitivamente afastado da divisão dos excedentes sociais, provoca um novo conjunto de filosofias políticas que procuram explicar de modo diferente o então actual estado da sociedade industrial.

O liberalismo, por sua vez, também é contestado, já que fundado na racionalidade e no individualismo assenta as suas contradições entre os princípios que defende e o modo de vida das enormes massas urbanas, entre a concepção tradicional dos direitos naturais e as novas leis definidas pelo darwinismo social.

No campo filosófico, a batalha contra os princípios industriais e positivos, a reacção ao individualismo e à concepção atomística da sociedade tem origem em dois países europeus: Alemanha e França. Nesta, pela mão de Joseph de Maistre e do Visconde de Bonald, S. Simon, Barrés, Renain e Taine; naquela, pela mão de Friedrich Hegel. Ainda na Itália, se esboça uma primeira tentativa de regresso à ordem antiga, pela mão de Sismondi.

Para o individualismo, a igualdade e a propriedade seriam duas implicações fundamentais na sociedade. A igualdade que teoricamente se dividia em dois tipos "*uma igualdade ideal, igualdade dos direitos ou das oportunidades, compatível com um máximo de liberdade de cada um*" ou uma "*igualdade nos factos*",⁸ sendo que a primeira deu origem ao liberalismo e a segunda ao socialismo. Ambas as proposições teóricas da igualdade desembocam em Jean Jacques Rousseau, que identifica a soberania como o exercício da "*vontade geral*", entendendo o Estado como um "*corpo moral e colectivo composto por tantos membros quantos os votos da assembleia, e esse corpo recebe deste mesmo acto a sua unidade, o seu eu comum, a sua vida e a sua vontade*".⁹

Os movimentos de reacção pretendem contrariar as perspectivas teóricas de Rousseau e os contextos ideológicos saídos da Revolução Francesa. Tanto Joseph de Maistre como o Visconde de Bonald, entendem o racionalismo do século XVIII como ridículo, porque procura tudo poder julgar a partir de regras abstractas e sem ter em conta a experiência. Ora, não havendo "homem no mundo" porque não existe homem abstracto, não é possível legislar sobre o homem, estabelecer constituições escritas ou declarações de direitos.

Aos sonhos universalistas e às pretensões racionalistas é necessário opor as lições da experiência e a sabedoria da Providência. Para ambos, a política natural

⁷ Cfr. Sternhell, Zeev, *La Droit Révolutionnaire. Les origenes françaises du fascisme 1885-1914*, Paris, Éditions du Seuil, 1978, p. 16.

⁸ Dumont, Louis, *Ensaio sobre o individualismo. Uma perspectiva antropológica sobre a ideologia moderna*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1992, pp. 84/85.

⁹ Rousseau, Jean Jacques, *O Contrato Social*, Lisboa, Publicações Europa América, 1975, p. 11.

é fundada na história. No entanto, a história é fruto de uma ordem providencial, isto é, subordina-se aos desígnios de Deus. Assim, "*não são os indivíduos que formam a sociedade, mas sim a sociedade que forma os indivíduos; estes só existem na sociedade e para ela, não possuem direitos, mas apenas deveres para com essa mesma sociedade*".¹⁰

Insistindo no papel da família e das corporações, julgam a agricultura como a mais benéfica para o Estado, sendo ao mesmo tempo o fundamento da prosperidade pública na sociedade. Neste sentido, tanto De Maistre como Bonald subordinam o poder temporal ao espiritual, atribuindo ao Papa uma espécie de magistratura universal.

Nesta continuidade o Conde de S. Simon, foi fortemente influenciado por de Maistre e Bonald o que lhe terá acentuado o seu sentido de autoridade e de hierarquia, não deixou de teorizar sobre a reorganização da sociedade do seu tempo introduzindo aqui também um certo cunho corporativista.¹¹ Entende que a sociedade individual do futuro será "*como a sociedade feudal, positiva e orgânica*".¹² O exercício do Poder, estava reservado para os sábios que deveriam desempenhar na sociedade um papel análogo ao desempenhado pelos teólogos na época anterior.

Na sua publicação de 1819, que intitula de *L'Organisateur*, procura descrever o que deveria ser a sociedade do seu tempo salientando um regresso às instituições do Ancien Regime. O modelo, que invoca a experiência medieval, embora substitua a fé religiosa pela fé na ciência, considerada como *le nouveau christianisme*, prevê a existência de um rei europeu, apoiado num sistema de duas câmaras, uma com pares de nomeação régia e outra com representantes das grandes categorias económicas e profissionais. A Idade Média ter-nos-ia oferecido da Europa a imagem de uma síntese política, coordenada sob o influxo do princípio cristão, ou antes, católico incarnado no papado.

A câmara de deputados, exclusivamente composta de sábios, de magistrados e de administradores, será formada por duzentos e quarenta membros, à razão de quatro deputados, sendo composta de um número indeterminado de membros, eleitos pelo rei. Adepto do primado da economia sobre a política, S. Simon coloca em causa os princípios do liberalismo político e da democracia, acreditando que a desigualdade natural será benéfica, donde resulta a necessidade e importância das elites políticas.

Cada indivíduo está classificado conforme a sua capacidade e deve ser retribuído segundo as suas obras. Desta forma e embora sem a consistência de outros autores, S. Simon já preconiza uma organização corporativa fundada nos agrupamentos profissionais representativos da sociedade.

Na Itália, o corporativismo tem a sua génese, com Sismondi, ainda que aquém de S. Simon, de Maistre ou até mesmo de Bonald, procura sistematizar o seu pensamento na resolução do problema económico e social colocado à Europa do seu tempo.

¹⁰ Touchard, Jean, *História das Ideias Políticas*, Lisboa, Publicações Europa América, 1970, p. 118.

¹¹ Halévy, Élie, *História do socialismo europeu*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975.

¹² Id., p. 82.

A sua primeira obra, sem grande originalidade, é editada em 1803 e intitulada *De la Richesse Commerciale ou principes d'Économie politique appliquee à la législation du commerce*. E, em 1819 publica a segunda obra, *Nouveaux principes d'économie politique ou la richesse dans ses rapports avec la population*, na qual se salientam três bases fundamentais de análise: o problema da concentração, a superprodução e a miséria do operariado. Para Sismondi, a livre concorrência terá provocado a concentração de fortunas. Assim, esta ao invés de estabelecer a igualdade, conduzirá ao predomínio do mercado por parte de uns poucos. A concorrência conduzirá deste modo também à "concentração de fortunas entre um número cada vez mais restrito, e à concentração dos trabalhos num número de manufacturas cada vez menos numerosas e de maior amplitude".¹³

É esta concentração quem origina a superprodução e as crises. Ao diminuir o número de pequenos produtores, representantes da classe média, só deixa subsistir na sociedade um número muito restrito de indivíduos extremamente ricos e um número sempre crescente de operários vivendo diariamente dos seus salários. Hostis ao sufrágio universal, as suas preferências inclinam-se para uma sociedade de pequenos camponeses segundo métodos intensivos com a ajuda de um governo preocupado em assegurar a ordem, o bem-estar e a eficácia. São alguns dos pressupostos que o corporativismo havia de vir a utilizar de modo sistemático.

A forma de organização consistia no enquadramento dos representantes das grandes indústrias, da burguesia e os assalariados de forma a evitar estes problemas. Como se vê, Sismondi não aprofunda demasiado a forma de organização da sociedade nem é muito criativo, pelo que o seu contributo para o corporativismo foi limitado se comparado com outros teóricos.

Na Alemanha, também se desenvolve, mais ou menos na mesma altura, o movimento contra os ideais libertários da Revolução Francesa e do liberalismo, através de Friedrich Hegel. Para ele, o "espírito do povo" é entendido como uma ideia absoluta, como um "logos" universal imanente ao processo histórico na sua evolução dialéctica".¹⁴ Identificando o ideal com a realidade e interpretando esta como uma revelação de um conteúdo ideal, supera assim a transcendência clássica da Ideia. Esta superação de toda a anterior lógica que assentava em princípios como o da identidade, onde uma coisa só podia ser ela própria e não outra, o da contradição, onde uma coisa não podia ser ela própria e não ela própria, bem como a própria distinção entre o *ser* e o *dever-ser* marca um novo sistema de conhecimentos filosóficos com fortes implicações sociais e políticas. Também no 'espírito do povo' julga ver uma estrutura dialéctica, procedendo por um movimento de tese, antítese e síntese. Desta forma, a "Razão abstracta, transcendente, cede o seu primado em proveito da História concreta, imanente, já carregada, saturada da irracionalidade".¹⁵ A sua teoria do Estado vai então ficar marcada por esta construção idealista, de

¹³ Halévy, Élie, *História do socialismo europeu*, op. cit., p. 73.

¹⁴ Santos, A. Pedro Ribeiro dos, *A Imagem do Poder no Constitucionalismo Português*, Lisboa, IRI/ISCSP, 1990, p. 473.

¹⁵ Moncada, Luís Cabral de, *Filosofia do Direito e do Estado. Parte histórica*, Coimbra, Coimbra Editora, 2ª Edição Revista e Acrescentada, 1955, p. 281.

tal forma que “O Estado é a realidade em acto da Ideia moral objectiva, o espírito como vontade substancial revelada, clara para si mesma, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e porque sabe”. Esta unidade substancial é um fim próprio, absoluto, onde a “liberdade também obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante os indivíduos que em serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever”.¹⁶

Hegel critica a teoria de Rousseau, principalmente por este ter concebido a “vontade geral” como um somatório de vontades individuais assim como a sua associação no Estado através de um contrato que tinha por base essas vontades arbitrárias.¹⁷ Entende ainda que, “ao chegarem ao poder, tais abstracções produziram, por um lado, o mais prodigioso espectáculo jamais visto desde que há uma raça humana: reconstituir à priori e pelo pensamento a constituição de um grande estado real, anulando tudo o que existe e é dado e querendo apresentar como fundamento um sistema racional imaginado; por outro lado, como tais abstracções são desprovidas de ideia, a tentativa de as impor promoveu os mais horríveis e cruéis acontecimentos”.¹⁸ Face a isto, mostra-se então claramente contrário à concepção atomística da sociedade, ao considerar que esta se realiza através da família e das corporações. A família concebe-se como “substancialidade imediata do espírito (...) determina-se pela sensibilidade de que é una, pelo amor, de tal modo que a disposição de espírito correspondente é a consciência em si e para si e de nela existir como membro, não como pessoa para si”.¹⁹ As segundas, enquanto objecto de realização para a família, apresentariam como missão reintegrar a moralidade objectiva na sociedade civil e, como função, o “direito de gerir os seus interesses sob a vigilância dos poderes públicos”, de modo que a família encontra na corporação não só “um terreno firme pois a capacidade que lhe assegura a subsistência é uma riqueza estável, como ainda lhe são reconhecidas tal subsistência e tal riqueza”.²⁰ É assim que ao “lado da família, a corporação constitui a segunda raiz moral do Estado, a que está implantada na sociedade civil” e o fim da corporação “que é limitado e finito, tem a sua verdade no fim universal em si e para si e na sua realidade absoluta. (...) O domínio da sociedade civil conduz, pois ao Estado”.²¹

O Estado, no conceito hegeliano, surge como o resultado do processo dialéctico de uma ética social, que se manifesta prévia e sucessivamente na família e na sociedade civil, meros pontos de passagem para a síntese exaustiva do todo social. É assim que a família representa a fase prévia da eticidade do Estado, constituindo-se como que uma união directa do indivíduo e da comunidade. A

¹⁶ Id., p. 282.

¹⁷ Com efeito, refere Hegel que Rousseau teve o mérito de estabelecer, como fundamento do Estado, um princípio que, não só na sua forma (...) mas também no seu conteúdo, pertence ao pensamento, (...) a vontade. Mas ao conceber a vontade apenas na forma definida da vontade individual (...) e a vontade geral, não como o racional em si e para si da vontade que resulta das vontades individuais quando conscientes - a associação dos indivíduos no Estado torna-se um contrato, cujo fundamento é, então, a vontade arbitrária, a opinião e uma adesão expressa e facultativa dos indivíduos.», Princípios da Filosofia do Direito, Lisboa, Guimarães Editores, Lda, 1990, pp. 226/227.

¹⁸ Hegel, Princípios da Filosofia. op. cit., pp. 226/227.

¹⁹ Id., p. 160.

²⁰ Hegel, op. cit. p. 220.

²¹ Id., p. 223.

sociedade civil, como lugar onde o Estado se dissolve, assume-se como a esfera de decomposição da eticidade dos indivíduos, ao esforçarem-se para criar entre eles uma nova união exterior. O Estado, representaria a síntese, de tal modo que seria a máxima realização da ideia moral e onde a liberdade atinge também a sua realização máxima.

O movimento de reacção ao individualismo e ao liberalismo vai desenvolver-se de forma vertiginosa em França, após a sua derrota frente à Prússia, em 1870, através do movimento de ideias tradicionalista e nacionalista, iniciado por Ernest Renan e continuado por Hipolyte Taine e Maurice Barrés, entre outros. Ao mesmo tempo, inicia-se um outro movimento de reacção, com origem na Encíclica papal de Leão XIII, a *Rerum Novarum*, e que origina todo um movimento social designado de catolicismo social de que se destacam teóricos como Charles Maurras e Jacques Maritain.

Ernest Renan (1823-1892) inicia o seu percurso intelectual a partir de 1871 com a publicação da sua *La réforme intellectuelle et morale de la France*, através da qual assume uma clara posição de desacordo com a Revolução Francesa. Com efeito, um dos principais problemas da França seria a democracia, principalmente porque o seu sistema de eleição dos governantes, o sufrágio popular, não permite uma escolha pelos mais aptos. Entende, por conseguinte, que a "*visão da nação eleita, legitimada não pela expressão directa e instantânea da soberania popular, mas pela ideia de um consentimento mais difuso e profundo, determinado historicamente, permanente, reunido, ao contrário do que pretendem os mecanismos da representação e do voto maioritário*".²²

É a que mais se pode enquadrar numa perspectiva de desenvolvimento social e político. Além disso, julga que "*uma sociedade só pode ser forte se reconhecer a superioridade natural dos seus membros, que se adquire também pelo nascimento*",²³ o que lhe confere um sentido nitidamente darwinista social.

Condena também "*a ideia dos direitos iguais para todos, a forma de conceber o governo como um serviço público que nós pagamos e ao qual não devemos respeitar nem reconhecer, um destino da impertinência americana, a pretensão de reduzir a política a uma simples consulta à vontade da maioria*". (Renan, Ernest, *Philosophie de l'histoire contemporaine. La monarchie constitutionnelle en France, La Revue des deux mondes*, t. 84, 1^o novembre 1869, p. 92).²⁴ Tudo isto porque julga que a grande massa apenas se preocupa com o seu bem-estar. Propõe, neste âmbito, um conjunto de reformas políticas, das quais salienta a eleição através de dois graus, a instituição de uma câmara representativa dos interesses e as capacidades dos indivíduos. Contudo, é na sua conferência realizada na Sorbonne, em 11 de Março de 1882, intitulada *Qu'est-ce q'une nation?* Que expõe o seu ponto de vista nacionalista. Para ele, a Nação "*grande solidariedade instituída pelo sentimento dos sacrifícios que se fizeram e dos que ainda se está disposto a fazer. Supõe um passado,*

²² Hermet, Guy, *Histoire des nations et du nationalisme*, Paris, Éditions du Seuil, 1996 P. 132.

²³ Cfr. Chevalier, Jean Jacques, *Les Grandes Oeuvres Politiques*, De Machiavel a nos jours, Paris, Librairie Armand Colin, 1949, p. 291.

²⁴ Apud, Sternhell, Zeev, *La Droite Révolutionnaire...*, op. cit., p. 86.

mas resume-se, contundo, no presente, a um facto tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum. A existência de uma nação é (perdoai-me esta metáfora) um plebiscito de todos os dias, tal como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua de vida".²⁵

O que pretendia era opor a Nação entendida como produto da história, à raça, mero produto da zoologia, numa nítida confrontação às teses racistas de Arthur de Gobineau, que atribui "o desigual destino histórico dos povos e a diversa evolução das civilizações a factores de ordem rásica" afirmando que "as raças são desiguais, pois umas mostram-se enérgicas e capazes de criarem civilizações, enquanto outras se mantêm num estado primitivo (...) De todas as raças, a com maior capacidade criadora é a raça branca, especialmente o seu ramo ariano".²⁶

A génese do princípio nacionalista aparece aqui claramente demarcada e a sua influência no princípio corporativista dos primórdios do século XX é evidente.

Na esteira da condenação à Revolução Francesa e aos seus ideais igualitários, também se torna necessário considerar Hipolyte Taine (1823-1893) como um dos mais destacados críticos. Do conjunto das suas obras, é esse o objectivo que mais claramente se distingue. Teorizador do carácter francês, que considera dissociado e descerebrizado pela Revolução Francesa e pelo bonapartismo, de tal forma que ela não é mais do que "um esmigalhar de indivíduos isolados, achatados aos pés do Estado esmagador, incapazes de se associar espontaneamente à volta de um interesse comum",²⁷ apresenta-se com um pensamento rigorosamente determinista, porquanto, todos os sentimentos, todas as ideias, todos os estados de alma humana são produtos que têm as suas causas e as suas leis e todo o futuro da história reside na busca dessas causas e dessas leis. Na esteira dos seus antecessores, "Insurge-se contra a lei do número que a democracia impõe através do sistema electivo, conducente à opressão, sem controlo, das minorias pelas maiorias".²⁸

O Estado deveria não ser mais do que um simples cão de guarda das instituições, pelo que deveria abster-se de intervir demasiado junto dos cidadãos. A solução dos problemas causados pela Revolução e pelos seus teóricos teria de passar pela educação, através do estudo da natureza e história das sociedades, pelo recurso às elites, nomeadamente, as intelectuais e a associação sobre todas as formas seria o meio mais seguro de favorecer a educação cívica e moral e de lutar contra o domínio do Estado.²⁹

Entende ainda que o indivíduo é um produto da civilização e, uma civilização, não é mais do que o resultado das três forças primordiais: raça, entendida como o conjunto de caracteres biológicos transmitidos hereditariamente; o meio,

²⁵ Renan, Ernest, *Qu'est-ce qu'une nation?*, Paris, Presses Pocket, 1992, pp. 54-55.

²⁶ Barata, Óscar Soares, *Introdução às Ciências Sociais*, Amadora, Livraria Bertrand, Volume I, 1974, pp. 56/57.

²⁷ "émiettement d'individus isolés, aplatis aux pieds de l'État écrasant, devenus incapables de s'associer spontanément autour d'un intérêt commun" Chevalier, Jean-Jacques, *Les Grandes Oeuvres Politiques...*, op. cit., p. 292.

²⁸ Santos, A. Pedro Ribeiro dos, *Imagem do poder...*, op. cit., p. 475.

²⁹ Cfr. Touchard, Jean, *História das ideias políticas*, Lisboa, Publicações Europa América, 1976, Volume 6, pp. 111 a 114.

envolvendo as tradições, as crenças, os hábitos mentais, as instituições que modelam os indivíduos e o momento, ou seja o conjunto das circunstâncias que desencadeiam acção. É em face deste conjunto de características, que existem raças superiores e inferiores.³⁰

Maurice Barrés (1862-1923) também representa uma figura fundamental na análise da contra-revolução e um dos principais discípulos de Renan e de Taine. É deste precisamente que herda o que considera ser nacionalismo, o culto dos mortos e da terra onde nasceram que representa o elemento preponderante, que aplica à análise histórica. Para ele, a raça constitui o primeiro e mais importante aspecto do acontecimento histórico.

O homem vive num determinismo universal e o mundo desenvolve-se como uma equação gigante, de tal modo que o homem é "*determinado nos seus pensamentos como nos seus actos. A finalidade dos seus limites de acção individual é, em consequência, fixada para a maior ou menor preservação das tradições que convergem em cada indivíduo*".³¹ É assim que o nacionalismo não é mais do que a aceitação do determinismo construído com base no darwinismo social o que o leva a assumir-se como um anti-individualista.

Todo este movimento contra-revolucionário leva a que os finais do século XIX sejam marcados por uma constante luta ideológica entre os partidários da Revolução Francesa e dos princípios que ela promoveu e aqueles que como vimos, procuraram lançar as sementes da contestação. Estes movimentos arrastam-se para o século XX, originando não apenas lutas ideológicas, mas também duas guerras sangrentas associadas a uma tendência para a implantação de regimes totalitários. Até 1945, é sob esta dicotomia que se vive.

Das concepções originariamente francesas que conduziram às doutrinas corporativistas do século XX, não é possível esquecer Charles Maurras e Jacques Maritain que, embora com concepções divergentes, representam o quadro fundamental desse complexo teórico designado de Corporativismo.

Charles Maurras (1868-1952), na esteira dos críticos da Revolução Francesa, define também a génese do seu pensamento nesse âmbito, pois que, crítico feroz do liberalismo, na esteira dos seus antecessores, nomeadamente Barrés e Taine, não deixa de sustentar que o liberalismo suprime de facto todas as liberdades, de modo que ele é igual ao despotismo. Efectivamente, "*A unidade do pensamento maurrasiano (...) repousa em sua determinação contra-revolucionária. Contra a Revolução Francesa (...) contra a revolução bolchevique (...), contra o igualitarismo que as une*".³² Entende deste modo que é a estas três componentes teóricas que se deve a causa dos problemas da sociedade do seu tempo. Assim sendo, apela para a "*inteligência clássica, para a razão positiva, experimental, prática (...)*. Odiando o romantismo (...) chega a recusar a Revolução já que o romantismo não passa de uma consequência literária, filosófica e moral da Revolução".³³

³⁰ Cfr. Sternhell, Zeev, *La droite révolutionnaire...*, op. cit., pp. 157-158.

³¹ Sternhell, Zeev, *La droite révolutionnaire...*, op. cit., pp. 158.

³² Chatelet, François et al, *História das Ideias Políticas*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994, P. 238.

³³ Id., 239.

Conhecido como o Marx do monarquismo, Charles Maurras pugna por esta concepção como forma de tornar a engrandecer a nação francesa e corrigir os erros da Revolução. Assim, a "*A monarquia é necessária, pois somente o Rei pode salvar a França. O princípio monárquico é superior: é imposto pelo nacionalismo, pela hereditariedade*",³⁴ donde em seu entender se nasce juiz ou mercador, militar, agricultor ou marinheiro, tudo isto através da hereditariedade que ao poder confere a força, a duração e a continuidade que o regime democrático não permite.

Por outro lado, no que se refere à Nação, Charles Maurras, fundador do nacionalismo integral da *Action Française*, afirma que ela não é una, mas antes é a representação em termos absolutos duma forte realidade. A nação é o mais vasto dos círculos comunitários. Aquele movimento cujo carácter se modificou do século XIX para o século XX, e mais concretamente nos anos vinte e trinta deste último século, em que se manteve muito ligado ao fascismo francês, procura acima de tudo criar condições para a reposição do regime monárquico em França. Como linha básica deste movimento, Maurras entende que é necessário modificar e alterar todo o sistema criado desde 1789. Assim, transformar, melhorar ou corrigir um regime implicava a aceitação dos postulados e bem assim que se acreditasse que ele seria ajustável ao decurso da evolução histórica.

É por aqueles motivos que os ideais da Revolução Francesa terão tocado no coração da nação. O **individualismo** atacou os direitos da sociedade, o **racionalismo** ignorou os factos da natureza e da realidade e o **universalismo** extenuou a Pátria. Os princípios que defende e "*de acordo com a sua exaltação dinástica, familiar, com a sua crença de que a sua reconstituição irá reconstituir a família, na sua plenitude, garantia de continuidade profissional e cultural, Maurras recusa a democracia, igualitária, atomística, e, consequentemente, a sua pretensa organização*".³⁵

Segundo ele, a monarquia apresentaria as seguintes características: tradicional, hereditária, antiparlamentar e descentralizada. As duas primeiras são consequência da política natural, isto é, da política científica fundada na biologia e na história, de modo que a tradição deve significar transmissão de uma herança. A natureza antiparlamentar da monarquia deve-se ao facto de considerar como desajustados em termos de governação, o número e a igualdade, assim como o princípio da eleição e o culto do individualismo.

O carácter descentralizado da monarquia deve entender-se mais segundo uma forma de desconcentração, numa perspectiva porém, não só administrativa, mas também corporativa, cultural, moral e religiosa. Essa desconcentração seria promotora de uma autonomia de numerosas instituições que teriam representação no Estado, mediante eleições orgânicas.

É em face destas questões que, acredita que para obviar ao princípio da representação parlamentar, deve ser o "*povo em seus Estados, que (com) todos os seus interesses locais, profissionais, morais, religiosos, indica a título consultivo, o que convém ou o que não convém: aos Conselhos do rei cabe trabalhar, em seguida, para*

³⁴ Id., Ibidem.

³⁵ Santos, A. Pedro Ribeiro dos; *A imagem do poder*, op. cit. p. 478.

conformar a "soberania do bem geral" a tais desejos".³⁶

Suprimindo o parlamentarismo, o "Estado recuperará automaticamente a livre gestão desses elevados problemas (diplomacia, exército, finanças) os únicos que verdadeiramente lhe competem", ao mesmo tempo "graças a essa monarquia ao mesmo tempo antiparlamentar e descentralizadora, verá o seu poder ampliado pela importância das corporações e companhias em que tomará parte",³⁷ de modo que era necessário assistir-se a um rejuvenescimento da antiga política das corporações intermediárias.

Finalmente, na abordagem teórica do Corporativismo, importa analisar uma outra vertente desse movimento de ideias do século XIX que, quando unido ao anterior, se transformou num movimento abrangente de conquista e exercício do poder político, dentro de uma perspectiva totalitária, algumas vezes, e autoritária, outras. Tal concepção iniciou-se a partir da chamada "questão social"³⁸ com base na qual o Papa Leão XIII elabora a Encíclica *Rerum Novarum*. Esta daria assim origem a um novo modelo político-ideológico, assente numa perspectiva cristã da análise dos problemas sociais desse fim de século. No entanto, como entendemos que esta teorização de base católica foi uma das componentes enformadoras do nosso objecto de estudo, - o Corporativismo português - não a trata aqui, mas antes reservamos o seu enquadramento em capítulo subsequente.

³⁶ Chevalier, Jean-Jacques; *As grandes obras políticas de Maquiavel aos nossos dias...*, op. cit., p. 341.

³⁷ Id., ibidem.

³⁸ A questão social foi acima de tudo um dos resultados do processo de industrialização iniciado com a 1ª Revolução Industrial, marcando os primeiros anos do século XIX, traduzindo-se por desemprego em massa, miséria e pobreza, enquanto outros, poucos, se recriavam com as riquezas provenientes da industrialização. Esta questão conduziria a uma desigualdade extraordinariamente grande entre capitalistas e proletários, o que levou a tensões fortes no interior da sociedade, obrigando a intervenções sucessivas por parte da Igreja Católica, condenando tal estado de coisas. No entanto, do lado contrário, também se cristalizam movimentos teóricos vários, consubstanciados nas análises de Proudhon, Marx e Engels, que contribuem desse modo para o agudizar das tensões verificadas.